

## Pesquisa descritiva, correlacional ou qualitativa

**PENSAR EN MOVIMIENTO:**

**Revista de Ciencias del Ejercicio y la Salud**

ISSN 1659-4436

Vol. 15, No.1, pp. 1- 18

Encerrando 30 de junho, 2017



### A CONFIGURAÇÃO DO TÊNIS DE CAMPO INFANTO JUVENIL BRASILEIRO: PRIMEIRAS DESCRIÇÕES<sup>1</sup>

### CONFIGURATION OF THE BRAZILIAN YOUTH AND CHILDREN'S FIELD TENNIS: FIRST DESCRIPTIONS

*Camile Luciane da Silva, M.Sc*<sup>2(B,C,D,E)</sup>; *Isabelle Plociniak Costa, M.Sc*<sup>2(B,C,D,E)</sup>; *Marcelo Moraes e Silva, Ph.D.*<sup>2(B,C,D,E)</sup>; *Andre Felipe Caregnato, Ph.D.*<sup>2(B,C,D,E)</sup>;  
*Fernando Renato Cavichioli, Ph.D.*<sup>2(B,C,D,E)</sup>

*moraes\_marc@yahoo.com.br*

<sup>2</sup>*Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil*

Envio original: 31/08/2016. Reenviado: 09/04/2017, 20/05/2017.

Aceitado: 26/05/2017. Publicado: 29/06/2017

Doi: <https://doi.org/10.15517/pensarmov.v15i1.26117>

---

## RESUMO

Da Silva, C.L., Costa, I.P., Moraes e Silva, M., Caregnato, A.F. & Cavichioli, F.R. (2017). A configuração do tênis de campo infanto juvenil brasileiro: primeiras descrições. **PENSAR EN MOVIMIENTO: Revista de Ciencias del Ejercicio y la Salud**, 15(1), 1-18. O objetivo do presente estudo é de obter informações detalhadas sobre o Tênis de campo brasileiro. A pesquisa se caracterizou como descritiva utilizando os dados do *site* da Confederação Brasileira de Tênis (CBT), no ano de 2013, nas categorias de 12, 14, 16 e 18 anos de ambos os sexos. Foram selecionados os 200 primeiros colocados da categoria masculina e todas as atletas femininas de cada faixa etária, que variaram entre 111 e 162 atletas, totalizando 1.341 dados catalogados. Verificou-se que o Tênis de Campo se encontra basicamente em ambientes esportivos institucionalizados, principalmente em clubes. A título de

---

<sup>1</sup> Versão original em português. Também disponível em espanhol nesta revista



conclusão o estudo aponta que o Tênis de Campo no Brasil acaba por reproduzir a lógica do campo esportivo no que se refere à distribuição por sexo. Existe também uma proximidade entre as esferas econômica e esportiva, pois atletas que se concentram nas regiões Sudeste e Sul têm uma maior probabilidade de desenvolvimento na modalidade.

**Palavras-chave:** Tênis de campo; Clubes; Infanto-Juvenil.

---

### ABSTRACT

Da Silva, C.L., Costa, I.P., Moraes e Silva, M., Caregnato, A.F. & Cavichioli, F.R. (2017). The configuration of the brazilian youth and children's field tennis: first descriptions. **PENSAR EN MOVIMIENTO: Revista de Ciencias del Ejercicio y la Salud**, 15(1), 1-18. The objective of this paper was to obtain accurate information about the Brazil field tennis landscape. The investigation was characterized as descriptive using the data from the Brazil's tennis Confederation website (CBT) in the year of 2013; it was cross-examined among the ages of 12 and 18 years for both sexes. The top 200 players of the male category were selected, together with all the female athletes of each age group. The latter ranged between 111 and 162 athletes, totaling 1,341 catalogued athletes. It was noticed that the Brazilian field tennis is basically found in institutionalized sports environments, particularly in private clubs. In conclusion, the study points out that the tennis field in Brazil eventually reproduces the logic of the sports fields regarding distribution by sex. There is also a close connection between the economical and sports spheres, since athletes who come from the South and Southeast regions have a higher probability of development in the sport.

**Keywords:** Field tennis; Clubs; Children and Youth.

---

Os estudos acadêmicos sobre as políticas públicas para o esporte de rendimento têm aumentado significativamente nos últimos anos (Grix, [2009](#); Grix y Carmichael, [2012](#); Havaris y Danylchuk, [2007](#)) e se encontram em ascensão no Brasil tendo em vista os grandes eventos esportivos (Athayde, Mascarenhas, Matias y Miranda, [2013](#); Mendes y Codato, [2015](#); Starepravo, Souza y Marchi Júnior, [2011](#)). Aqueles que sustentam o debate, como os diretores dos clubes, professores oriundos do meio acadêmico, jornalistas e até mesmo leigos, apontam à falta de recursos e/ou a má gestão como as causas desta falta de fomento ao esporte de rendimento (Mazzei, Viera, Silva Neto y Bastos, [2012](#); Meira, Bastos y Böhme, [2012](#)). Afinal, há décadas especialistas repetem as críticas que jovens talentos são desperdiçados por falta de apoio e de um aparato mais significativo por parte da figura estatal (Böhme, [2007](#); Mezzadri, Moraes e Silva y Cavichioli, [2016](#); Peres y Lovisoló, [2006](#)).

Nos últimos anos nota-se um incremento financeiro estatal muito amplo ao esporte de rendimento brasileiro, principalmente pelos compromissos assumidos com os grandes eventos



no país (Athayde et al., [2013](#); Mendes y Codato, [2015](#)). Por exemplo, a Lei nº 12.395, no seu artigo 16, versa sobre estas questões, indicando que é missão do "Ministério do Esporte, composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais ou locais, articulada para o treinamento de modalidades dos programas olímpico e paraolímpico, desde a base até a elite esportiva" (Mezzadri et al., [2016](#)). No artigo subsequente dessa Lei, fica estabelecido que o Ministério dos Esportes tenha por obrigação de fomentar, em parceria com o Comitê Olímpico Brasileiro, o desenvolvimento regional de jovens atletas. Ao articular o que as leis indicam e os anseios políticos é possível destacar um aumento considerável no financiamento.

Além do referido dispositivo legal, a importância da gestão e de um plano minimamente estruturado para o esporte de rendimento brasileiro tornam-se um enorme desafio. Existem pesquisas como a de Moraes e Silva, Mezzadri, Souza y Souza ([2015](#)) que destacam o apoio contundente do governo federal brasileiro ao esporte de rendimento. Sendo assim, o papel dos trabalhos científicos é mostrar como o esporte recebe estes subsídios e posteriormente apresentar indicativos de como aperfeiçoá-los (Mazzei, Bastos, Ferreira y Böhme [2012](#); Meira et al., [2012](#); Mendes y Codato, [2015](#)).

A importância de estudar o Tênis de Campo se dá pelo fato de ser atualmente uma das modalidades mais praticadas em todo o mundo (Pluim, Staal, Windler y Jayanthi, [2006](#); Cortela, Fuentes, Campos, Kist y Cortela, [2012](#)). Segundo dados apresentados por Cortela et al. ([2012](#)), estima-se que aproximadamente um milhão e meio de indivíduos pratiquem esta modalidade no Brasil. Estes valores colocam o país em uma posição de destaque no quesito quantidade de praticantes, ficando a frente de grandes potências na modalidade como Argentina e Espanha. Os autores apontam ainda e o quadro da modalidade do país no cenário competitivo internacional é pouco promissor e sem perspectivas de crescimento. Os trabalhos de Mueller y Rodrigues ([2009](#)) e Cortela et al. ([2012](#)) enfatizam que tal questão deriva-se do fato do Tênis de Campo ainda ser um esporte restrito a uma pequena parcela da população brasileira, principalmente aquela de maior poder aquisitivo e que tem acesso a clubes e academias. Cortela et al. ([2012](#)), lembram que a falta de instalações de caráter público associada à ausência da disciplina Tênis de Campo na maior parte dos cursos de Educação Física são algumas das possíveis causas que interferem negativamente na disseminação da modalidade.

Nesse sentido, o presente artigo tem como perguntas norteadoras os seguintes questionamentos: Qual a configuração do Tênis de campo Infante-Juvenil no Brasil? Quais as estruturas e agentes que compõem este campo? Para tanto os objetivos traçados foram os seguintes: a) identificar os atletas que participam das competições no Brasil; b) apontar as instituições associadas aos tenistas; c) diagnosticar os subsídios federais que beneficiam a modalidade, no caso específico a Lei de Incentivo ao Esporte e o programa Bolsa-Alela.

## METODOLOGIA

**Procedimentos.** O presente estudo se caracteriza por um estudo de caráter exploratório descritivo. Os dados foram coletados em dezembro de 2013 e retirados do *site* da Confederação Brasileira de Tênis (CBT), nas categorias de 12, 14, 16 e 18 anos, de ambos os



sexos. Foram selecionados os 200 primeiros colocados de cada categoria masculina e todas as atletas femininas destas faixas etárias, que variaram entre 111 e 162, totalizando 1.341 esportistas. As informações foram armazenadas numa planilha eletrônica, com as seguintes subdivisões: nome do atleta; colocação no *ranking*; data de nascimento; cidade/Estado; Instituições/Clube; e Bolsas.

Os resultados foram tabulados dentro da própria faixa etária por sexo e posteriormente entre todas as idades. O intento foi o de identificar o universo que se concentram os locais de treinamento no território nacional. Em alguns casos, a informação sobre o local não está disponibilizada pelo *site* da CBT. Optou-se então em ampliar a procura em *sites* das federações estaduais e em último caso a partir do nome do atleta em mecanismos de busca na *web*. No caso de não identificação do local de treinamento, foi criado um espaço na tabela de “Atletas Sem Locais de Treinamento”. Constatou-se que a falta desta informação atingiu aproximadamente 15% dos dados coletados.

Com estas informações foi possível gerar os seguintes gráficos: 1) instituições com maior número de atletas no *ranking* entre todas as idades e em ambos os sexos (quantitativo); 2) instituições com maior número de esportistas no *ranking* entre todas as idades tanto no masculino como no feminino, ponderando a colocação de cada atleta (qualitativo). Neste item foram criadas faixas de pontuação valorizando os primeiros colocados: da 1<sup>a</sup>. a 10<sup>a</sup>. posição foram atribuídos 200 pontos; da 11<sup>a</sup>. a 20<sup>a</sup>. 80 pontos, decrescendo a pontuação conforme o posicionamento no ranking. O objetivo foi de visualizar se havia discrepâncias entres os *rankings* quantitativo e qualitativo; 3) quantidade de atletas por idade e por sexo que pertencem a cada instituição; 4) instituições por cidade e estado/região; 5) entidades que tiveram seus atletas contemplados com o programa de bolsa do governo federal. A pesquisa também procurou identificar quais destas entidades receberam benefícios estatais através da “Lei de Incentivo ao Esporte”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram sistematizados com o objetivo de apresentar quais são as instituições com maior número de atletas no *ranking* entre todas as idades, por ambos os sexos (quantitativo) e posteriormente ponderando a colocação de cada esportista num sistema de análise mais qualitativo. Além da idade, buscou-se evidenciar a relação entre os sexos por idade e categoria etária e a qual instituição o mesmo se encontra vinculado. Na sequência destacaram-se os Estados/Regiões/Cidades e, por fim, as instituições que tiveram atletas contemplados com o programa “Bolsa-atleta” e receberam incentivos financeiros via “Lei de Incentivo ao Esporte”.

### A) Instituições com maior número de atletas no *ranking* entre todas as idades em ambos os sexos:

Compreender o papel das instituições num esporte como o Tênis de Campo se torna de fundamental importância para uma análise adequada da estrutura do campo no Brasil, visto



que conforme aponta Mezzadri (2000), desde sua gênese a estrutura do esporte brasileiro está em grande parte concentrada em instituições no formato de clubes. A maioria dos tenistas infanto-juvenis brasileiros está inserida dentro de uma agremiação esportiva deste tipo. Afiliam-se nessas instituições buscando aprimorar seu capital esportivo, cultural e/ou simbólico. A possibilidade do atleta de fazer parte de uma estrutura reconhecida no meio esportivo, que investe e oportuniza espaço e momentos de competições, permitem a mobilidade e reconhecimento do atleta neste universo. O que se sustenta como um capital simbólico, acumulado pelo atleta, que projeta sua posição neste campo e sua tomada de ação. Segundo Bourdieu (1999), os diferentes campos sociais constroem em seu meio uma série de elementos simbólicos que são reconhecidos e possibilitam a transição e mobilidade dos agentes e instituições que fazem parte desse campo, nomeados como capital.

Nesta perspectiva o atleta constrói referências, que a partir do acúmulo de um capital simbólico se converte e ações que definem sua trajetória no campo esportivo. Assim o reforço e/ou construção de um capital simbólico permite estabelecer um sistema de disposições adquirido por diversas formas de aprendizagem. Trata-se de um conceito que opera tanto de forma social como individual. Bourdieu (1999) lembra que o capital simbólico acaba por se encarnar nos corpos dos indivíduos de forma bastante durável e com uma série de disposições permanentes. Seria visto como uma propriedade que, em muitos momentos, tornam-se elementos de grande distinção social, pois delimitam as posições que os indivíduos poderiam ocupar no interior de um determinado campo. Conhecer as principais competições, entender o processo de captação de fomentos e reconhecer os profissionais que tecnicamente contribuem para o desenvolvimento profissional, são constructos da percepção do atleta, que de certa forma engendram suas ações.

Sobre o papel de distinção social realizado pelos clubes Needell (1993, p.164), afirma que: "(...) é inegável que estas instituições exerciam considerável influência sociopolítica. Elas serviam como cenário informal para que indivíduos e famílias ostentassem sua riqueza, exibissem sua posição socioeconômica e revelassem em público sua cultura". Entretanto, essa interação só acontecia entre indivíduos portadores de códigos de comportamentos considerados civilizados. A utilização dos esportes pelos clubes desde o final do século XIX, como aponta Moraes e Silva (2011) tinha o claro intuito de enfatizar determinados tipos de comportamentos em busca da distinção social. Contudo, é preciso ressaltar que o espaço de distinção não pode ser confundido com a impossibilidade de ser transgredido. Por exemplo, as principais promessas do Tênis de Campo masculino brasileiro, a saber, Marcelo Zormam e Orlando Luz não são oriundos das classes mais abastadas da sociedade brasileira, da mesma forma ocorre com Teliana Pereira, considerada a principal atleta feminina do país da atualidade (Bedinelli, 2016).

O poder simbólico, dentro dos moldes levantados por Bourdieu (1999), é muito acionado por estes clubes, bem como pelos agentes (dirigentes, treinadores e atletas) inseridos dentro destas instituições. Nesse sentido, trabalha-se com a hipótese que estes ambientes esportivos institucionalizados podem-se tornar locais de produção e difusão de diversos tipos de capitais, que acabam por controlar a modalidade, estruturando todo o campo esportivo relacionado ao Tênis de Campo no Brasil. Ao seguir o critério apontado na metodologia visualizou-se este



quadro de monopólio dos clubes. Inúmeros atletas de destaque no Tênis infanto-juvenil do país estão vinculados aos clubes localizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, principalmente com sua sede nas capitais dos principais estados brasileiros. A tabela subsequente evidencia este aspecto:

Tabela 1

*Principais Instituições do Tênis brasileiro: distribuição quantitativa e qualitativa*

Quantitativo			Qualitativo		
N°	Instituição	N	N°	Instituição	Pontos
1	Minas Tênis Clube	41	1	Minas Tênis Clube	4480
2	Paineiras do Morumby	36	2	Paineiras do Morumby	3760
3	Clube Curitibano	31	3	Clube Curitibano	3260
4	Associação Leopoldina Juvenil		4	Soc. Hípica de Campinas	3020
5	Soc. Hípica de Campinas	26	5	Praia Clube de Uberlândia	2820
6	Praia Clube de Uberlândia	22	6	Associação Leopoldina Juvenil	2680
7	Tênis Clube de Imbituva	20	7	Corinthians	2160
8	Sogipa	19	8	Sogipa	2100
9	Corinthians	18	9	Monte Líbano	2080
10	Monte Líbano	18	10	Grêmio Náutico União	1940
11	Grêmio Náutico União	17	11	Tênis Clube de Imbituva	1780
12	TênisRoute	17	12	Instituto Tênis	1640
13	Harmonia Tênis Clube	16	13	Itamirim Clube de Campo	1580
14	Itamirim Clube de Campo	16	14	Tênis Clube de Santos	1500
15	Tênis Clube de Santos	15	15	Paulistano	1460
16	Paulistano	13	16	late Clube de Brasília	1420
17	Clube Espéria	13	17	Harmonia Tênis Clube	1400
18	Joinville Tênis Clube	12	18	TênisRoute	1380
19	Esporte Clube Pinheiros	12	19	AfiniTênis	1260
20	Lari Passos Tênis	11	20	Clube Espéria	1240

Nota: Fonte dos dados - Confederação Brasileira de Tênis (2013) – sistematizado pelos autores.

Conforme mostra a Tabela 1 o *ranking* quantitativo é muito próximo do qualitativo. Torna-se importante salientar que a pontuação qualitativa evidencia a quantidade de atletas de determinada instituição com as melhores colocações nos *rankings*. Por sua vez o quantitativo aborda somente a quantidade absoluta de tenistas de cada entidade nestes ranqueamentos. Sendo assim, a qualidade pretendida com este procedimento é a de tentar evidenciar os resultados esportivos dos clubes para além do número absoluto de seus atletas nos *rankings*. Nota-se que praticamente os mesmos clubes se mantêm nas primeiras colocações. Somente ocorre a mudança de três instituições. Saem o Joinville Tênis Clube de Joinville-SC, Esporte Clube Pinheiros da cidade de São Paulo-SP e o Lari Passos Tênis de Camboriú-SC, ingressando o late Clube de Brasília-DF, AfiniTênis de São José dos Campos-SP e o Espéria, da cidade de São Paulo-SP.



## B) Instituição, idade e sexo:

Os dados de cada categoria etária, bem como a distribuição por sexo pode ser visualizados na tabela abaixo:

Tabela 2

*Distribuição da amostra por sexo*

Categorias	Feminino	%	Masculino	%	Total de Tenistas
12	111	35,69%	200	64,31%	311
14	162	44,75%	200	55,25%	362
16	138	40,83%	200	59,17%	338
18	130	39,39%	200	60,61%	330
Total	541	40,34%	800	59,66%	1.341

Nota: Fonte dos dados - Confederação Brasileira de Tênis (2013) – sistematizado pelos autores.

Ao analisar a Tabela 2 percebe-se que a iniciação ao Tênis de rendimento no Brasil acaba por reproduzir uma lógica de diferenciação de gênero no campo esportivo. Aqui se torna importante diferenciar os conceitos de sexo e gênero: a) sexo – conceito para indicar as diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, que se vê como diferenciando homens e mulheres; b) gênero – termo usado para descrever a diferenciação social entre homens e mulheres (Moura, Starepravo, Rojo, Teixeira y Moraes e Silva, 2017). Afinal, como lembra Scott (1995), o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Sendo assim, como foi apontado nos estudos de Goellner (2006) e Moura et al. (2017), o esporte é um território masculino por excelência que reproduz diferenciações de gênero tendo por base o sexo biológico.

Outro ponto que é digno de menção é que a diferença de 259 atletas ainda é maior, visto que a presente pesquisa limitou-se aos 200 atletas de cada categoria por idade. Nas masculinas existiam esportistas excedentes. Por sua vez nas femininas foram catalogadas todas as atletas, visto que o número máximo estipulado não foi alcançado em nenhuma das faixas etárias femininas. Sendo assim, é possível inquirir que o Tênis infanto-juvenil brasileiro, ainda é um território masculino que reproduz uma desigualdade de gênero. Nesse sentido, o primeiro problema a ser pensado em futuras sugestões para a gestão desta modalidade está voltado para uma política de valorização do Tênis feminino no Brasil.

Como pode ser visto na Tabela 3 a maioria das instituições, em todas as faixas etárias têm um predomínio masculino. Nas categorias menores, de início na vida competitiva, o equilíbrio é um pouco maior. Em contrapartida, na medida em que as idades vão aumentando a preponderância dos homens se torna ainda mais evidente. Fato que impossibilita a ter um



número significativo de tenistas mulheres a alcançarem níveis de rendimento que as levariam a poder competir num padrão de *performance* mais elevado, que no caso do Tênis de Campo, seria o circuito profissional internacional.

Tabela 3

*Quantidade de atletas das principais Instituições Esportivas, idade e sexo*

Clube	12		14		16		18		Total
	F	M	F	M	F	M	F	M	
Minas Tênis Clube	5	5	3	7	5	3	6	7	41
Clube Paineiras do Morumby	2	6	3	4	2	7	4	8	36
Clube Curitibano	3	5	5	6	4	2	3	3	31
Associação Leopoldina Juvenil	4	4	1	5	4	3	2	5	28
Sociedade Hípica de Campinas	2	2	6	2	2	3	3	6	26
Praia Clube de Uberlândia		1	4	3	6	4	1	3	22
Tênis Clube de Imbituva		1	3	5	2	3	3	3	20
Sogipa	3	3	7	2	2	1	1		19
Sport Club Corinthians Paulista			2	3	2	3	3	5	18
Clube Atlético Monte Líbano	1	1	1	3	5	4	2	1	18
Grêmio Náutico União	2	3	2	2	1	1	3	3	17
TênisRoute	4	1		3		3		6	17
Harmonia Tênis Clube	2	2	3	1	1	4		3	16
Itamirim Clube de Campo	1	3	1	4	1		2	4	16
Tênis Clube de Santos		1		1	3	3	3	4	15
Clube Athletico Paulistano	2		4	2	2		3		13
Clube Espéria	1	2	2	2	2	3	1		13
Joinville Tênis Clube	1	3	1	2	1	2	1	1	12
Esporte Clube Pinheiros	1	1	2	1	1	3	1	2	12
Larri Passos Tênis					1	3	3	4	11

Nota: Fonte dos dados - Confederação Brasileira de Tênis (2013) – sistematizado pelos autores.

Outra temática interessante, que surgiu no contato com os dados, refere-se ao processo de iniciação ao esporte de rendimento. Existem instituições que se destacam por seu trabalho contínuo em ambos os sexos em todas as categorias etárias, como pode ser observado nas cinco primeiras instituições colocadas na Tabela 3: os clubes Minas Tênis Clube, Paineiras do Morumby, Curitibano, Leopoldina Juvenil e Hípica de Campinas. Por outro lado, existem entidades especializadas somente nos grupos com idades mais avançadas, como é o caso da Larri Passos Tênis (instituição de propriedade do ex-treinador de Gustavo Kuerten), que concentra atletas somente a partir dos 16 anos. Momento no qual os jovens esportistas estão mais próximos de ascender ao profissionalismo.

### C) Instituições e a distribuição espacial:

A maior parte dos atletas se encontram nas regiões Sudeste e Sul. Estas regiões são de longe, as mais bem estruturadas e o maior campo de investimento para respaldar atletas de rendimento no Brasil, conforme salienta o estudo de Matias, Athayde, Húngaro y Mascarenhas, (2015). Dias, Moraes e Silva, Figuerôa, Nunes, Rojo y Mezzadri, (2016), ao estudar o contexto do Judô, indica que atletas que se concentram nestas duas regiões têm uma maior probabilidade de galgar patamares mais elevados do esporte de rendimento. Muito em função da infraestrutura, contato com melhores treinadores, competições mais corriqueiras, patrocinadores, enfim, as condições de inserção e/ou manutenção dos atletas no circuito competitivo se concentram nos grandes centros no Sudeste do Brasil.

Entretanto, apesar da maior concentração se localizar no estado de São Paulo, é em Minas Gerais, no Minas Tênis Clube aonde se encontram a maior quantidade de atletas, bem, como aqueles com um maior desempenho esportivo. Se considerar ainda que a correlação direta entre os resultados relacionados ao número de esportistas e a quantidade de Instituições das unidades federativas que aparecem na primeira e na segunda colocação, percebe-se que apesar do estado de São Paulo concentrar um maior número de atletas e de Instituições, os melhores resultados se encontram em Minas Gerais. Deste modo identifica-se o estado de Minas Gerais como sendo um importante *lôcus* de identificação, manutenção e divulgação dos atletas da modalidade de Tênis de Campo.

A figura abaixo mostra a distribuição das instituições esportivas pelas unidades federativas:

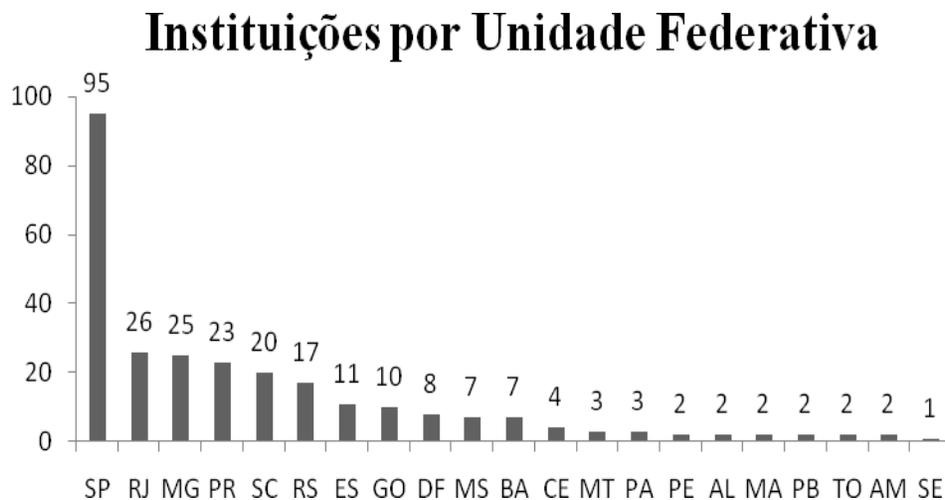


Figura 1. Número de instituições por Unidade Federativa. Nota: Fonte dos dados - Confederação Brasileira de Tênis (2013) – Sistematizado pelos autores.

Como pode ser visualizado no Figura 1 as instituições com mais atletas no *ranking* estão concentrados nas regiões Sudeste (SP, RJ, MG e ES) e Sul (PR, SC, RS) do Brasil. O estado de São Paulo contabiliza 95 clubes, em segundo e terceiro lugares ficam o Rio de Janeiro e Minas Gerais surgem em seguida com 26 e 25 instituições respectivamente. Seguidos de perto pelos três estados da região Sul: Paraná ( $n=23$ ), Santa Catarina ( $n=20$ ) e Rio Grande do Sul ( $n=17$ ). Note-se que a soma das três unidades federativas do Sul do Brasil ( $n=60$ ) não chega perto dos números apresentados pelo estado de São Paulo. As regiões Norte e Nordeste apresentam uma amostragem bem menor (5 clubes no Norte e 20 no Nordeste). Por sua vez a região Centro-Oeste apresenta 30 instituições.

Em relação à distribuição por cidades 65% das instituições se encontra localizada em capitais dos estados da federação, contra 35% de centros urbanos do interior do país. A cidade de São Paulo é a primeira colocada no número de instituições, com 35, o que representa 12.86% da amostragem total de instituições; seguido do Rio de Janeiro com 20 instituições (7.35%); Curitiba 11 instituições (4.04%); as outras capitais mencionadas são Belo Horizonte e Brasília (8 instituições cada – 2.94%); Porto Alegre e Florianópolis (7 instituições cada – 2.57%). Oriundas do interior do país, as cidades que se destacam são Campinas e São Bernardo do Campo (6 instituições cada – 2.2%); São José do Rio Preto, São José dos Campos, Jundiaí e Londrina (4 instituições cada – 1.47%). Ainda, existem cidades do interior do país, como Imbituva, Joinville e Itajaí, com apenas uma instituição cada, mas que também conseguem destaque no cenário nacional do Tênis de Campo. Neste quesito algumas explicações são pontuais. Os dois clubes de Santa Catarina se encontram no interior, porém estas cidades catarinenses (Joinville e Itajaí) são os municípios com o maior Produto Interno Bruto (PIB) deste estado do Sul do Brasil e a cidade de Londrina, no estado do Paraná é a segunda maior cidade desta unidade federativa (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Já a instituição de Imbituva, no estado do Paraná, na verdade fica muito próxima de Curitiba e é comandada por Didier Rayon, técnico francês com forte inserção no Tênis de Campo brasileiro, o mesmo que descobriu a atleta Teliana Pereira, melhor tenista brasileira na atualidade (Bedinelli, 2016). Por fim, as instituições do interior paulista são localizadas em importantes regiões do estado de São Paulo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

O estudo de Dias et al. (2016) ao pesquisar a modalidade de Judô aponta para elementos semelhantes, indicando que os atletas tendem a procurar outras regiões em busca de uma melhor condição de treinamento e treinadores mais qualificados. Este quadro de predominância das localidades mais desenvolvidas se deve por alguns das seguintes causas:

- Maior população e um número superior de praticantes da modalidade;
- Maior número de competições;
- Maior número de instituições financiadoras, ou seja, aquelas que pagariam alguma remuneração a seus atletas;
- Maiores infraestruturas para o treinamento;



- Maiores possibilidades de visibilidade em caso de se tornar campeão de uma categoria, devido ao fato de estarem presentes diversos técnicos, instituições e patrocinadores em um mesmo evento (Dias et al., [2016](#), p. 123).

Os elementos levantados por Dias et al. ([2016](#)), são fundamentais no momento de um esportista definir sua carreira esportiva. O diagnóstico de cada um destes pontos em pesquisas futuras sobre as diversas modalidades esportivas no Brasil se torna de fundamental importância, pois a partir disso, segundo apontam Massa, Uezu y Böhme, [2010](#); Massa, Uezu, Pacharoni y Böhme, [2014](#)), um esportista pode estar garantindo não somente a sua viabilidade como atleta de rendimento, mas também a forma como será visto, as competições que irá disputar entre outros aspectos.

Outro ponto que nos ajuda a entender a distribuição espacial do Tênis de Campo refere-se a uma economia das trocas simbólicas exercidas pelas instituições que promovem a modalidade no Brasil. Afinal estes clubes possuem dentro do campo esportivo brasileiro um importante poder simbólico. Muitas delas realizam a prática deste esporte no Brasil desde o século XIX. Por exemplo, os clubes Curitibano-Curitiba-PR, Leopoldina Juvenil e o Sogipa de Porto Alegre-RS, foram fundados em 1881, 1863 e 1867 respectivamente. Já outros são centenários, ou estão próximos desta condição, como Tênis Clube de Santos-SP (1900); Paulistano-São Paulo/SP (1900); Grêmio Náutico União-Porto Alegre/RS (1906), Corinthians-São Paulo/SP (1910); Espéria-São Paulo/SP (1920). Os clubes mineiros, por sua vez, são da década de 30. O Praia Tênis Clube de Uberlândia é de 1930 e o Minas Tênis Clube de 1935. Entre os paulistas ainda se encontram o Monte Líbano de São Paulo-SP, de 1934 e a Sociedade Hípica de Campinas-SP, de 1941. Já os clubes do interior de Santa Catarina, de São José do Rio Preto e de Brasília, atual capital federal, têm suas fundações próximas. O late Clube de Brasília foi fundado em 1960; o Harmonia Tênis Clube de 1975; e os catarinenses Joinville Tênis Clube e Itamirim Clube de Campo de Itajaí são respectivamente de 1968 e 1972. O último grupo de agremiações representados pelos AfeniTennis, Imbituva, Lari Passos Tênis e *Tennis Route* não são clubes na acepção do termo. Todos foram criados há aproximadamente 10 anos e são centros de treinamento particulares organizados por treinadores com importante capital simbólico no campo esportivo da modalidade.

#### **D) Instituições e programas de fomento do governo federal:**

A próxima análise busca explorar a relação destas instituições com os programas de apoio ao esporte sistematizado pelo governo federal. Tal análise visa mostrar o lugar ocupado por estas agremiações na economia das trocas simbólicas existentes no campo esportivo brasileiro. Em relação ao programa “Bolsa-Atleta” a primeira entidade ranqueadas por número de atletas, o Minas Tênis Clube, não apresenta esportistas contemplados neste programa federal. Cabe ressaltar que o atleta que deseja ser contemplado no “Bolsa-Atleta”, deve seguir as regras estabelecidas pelas confederações esportivas (Dias et al., [2016](#)). Os dados relativos as instituições com bolsistas podem ser visualizados na Figura 2.



No caso específico do Tênis de Campo a Confederação Brasileira de Tênis (CBT) determina quais são os torneios que podem abrir a possibilidade ao benefício, mediante o resultado que os atletas alcançarem nas competições indicadas. Nesse sentido, surge uma questão de certa forma paradoxal. Como a instituição que tem os atletas nas principais colocações do *ranking* da modalidade não tem tenistas contemplados no programa gerido pelo governo federal? Parece que uma hipótese a ser levantada é a de que a Confederação Brasileira de Tênis (CBT) não está indicando as mesmas competições que compõem o *ranking* de cada faixa etária como aquelas que habilitam o esportista a gozar o benefício ofertado pelo “Bolsa-Atleta”.

## Bolsas-Atleta por Instituição

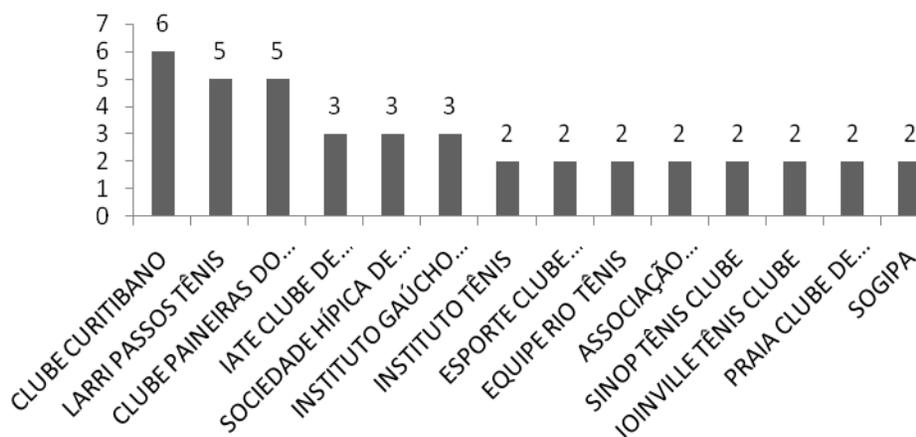


Figura 2. Número de “Bolsa Atleta” por Instituição. Nota: Fonte - Confederação Brasileira de Tênis (2013) – sistematizado pelos autores.

Torna-se importante salientar que a amostra refere-se a tenistas infanto-juvenis, ou seja, são aqueles que ainda se encontram em fase de transição entre a iniciação e o rendimento. Sendo assim, indica-se que os números representam uma amostragem considerável dentro do programa. Corrêa, Moraes e Silva, Mezzadri y Cavichioli (2014), ao estudarem este programa brasileiro, apontam que o Tênis de Campo, juntamente com o Hipismo, Golfe e Maratona Aquática, é uma das modalidades com menor número de bolsas. Nesse sentido, os benefícios concedidos aos tenistas em idade infanto-juvenil tornam-se uma porcentagem considerável do “Bolsa-Atleta” dentro desta modalidade.

Outra forma de atração de montantes financeiros pode ocorrer por meio da “Lei de Incentivo ao Esporte”. Essa lei tem por objetivo, através de uma política de dedução de impostos, aumentar os investimentos tanto de pessoas físicas como jurídicas para o esporte no Brasil. Conforme explica Meira et al. (2012) os valores arrecadados pela “Lei de Incentivo ao

Esporte” devem ser investidos em projetos esportivos, sejam eles de cunho educacional, participação e/ou de rendimento. Tais incentivos fiscais têm um limite de, no máximo, um por cento do imposto devido por pessoas jurídicas e seis por cento por pessoas físicas.

No que se referem aos valores monetários advindos da “Lei de Incentivo ao Esporte” apenas o Minas Tênis Clube (2º. Lugar), Instituto Tênis (3º.), Curitibaano (13º) e a Sogipa (17º), das instituições citadas anteriormente, estão entre as que receberam a maior quantidade de montantes financeiros, conforme pode ser visualizado na Tabela 4:

Tabela 4

*Valores captados pelas diferentes Instituições ligadas ao Tênis de campo brasileiro*

INSTITUIÇÃO	VALORES
Instituto Sports	R\$ 6.924.822,76
Minas Tênis Clube	R\$ 3.993.695,50
Instituto Tênis	R\$ 2.165.000,00
Núcleo de desenvolvimento do esporte e da cultura	R\$ 1.574.643,02
Ass. Latina de des. Esportivo, cultural e ambiental	R\$ 1.000.000,00
Clube de Regatas do Flamengo	R\$ 823.468,18
Equipe Ricardo Acioly de Tênis	R\$ 398.500,00
Associação Icaro Marcolin	R\$ 384.757,29
Instituto Gaúcho de Tênis	R\$ 242.800,00
Instituto Esperança do amanhã	R\$ 238.075,00
Avenida Tênis Clube	R\$ 200.626,75
Associação cultural da Fortaleza de São João	R\$ 157.000,00
Clube Curitibaano	R\$ 88.000,00
Associação integrada de deficientes e amigos	R\$ 70.000,00
Apt- Associação Pro-Tenis	R\$ 66.450,00
Equipe Tênis de ouro	R\$ 50.000,00
Sogipa	R\$ 42.180,10

Nota: Fonte - Lei do Incentivo ao Esporte - sistematizado pelos autores.

Como visto o acesso à modalidade Tênis de Campo ainda é restrito a um pequeno número de instituições. Esse acesso restrito aos clubes é explorado por um relatório produzido pelo Tribunal de Contas da União (TCU):

Uma importante característica dos clubes brasileiros é a de que acabam sendo de usufruto, em sua maioria, pela elite econômica do país. Os sócios desses clubes por vezes colocam restrições à utilização da estrutura dos clubes por terceiros. Como resultado, o acesso às escolas de esporte, em geral, estão restritas aos sócios. Há

poucas exceções à regra, como os trabalhos sociais desenvolvidos pelo Esporte Clube Pinheiros e pelo Minas Tênis Clube, utilizando a Lei de Incentivo ao Esporte (Tribunal de Contas da União, [2011](#), p. 30).

Um ponto que não poderia deixar de ser mencionado é relativo à existência de uma preocupação governamental de promover subsídios para o desenvolvimento do esporte no Brasil. Entretanto, como foi possível identificar nos dados relativos ao Tênis de Campo, os recursos ainda são circunscritos a uma minoria de instituições. Outro ponto que merece um alerta e que não existe um detalhamento do crédito de tais recursos, deixando tais ações fragmentadas, pontuais e sem um teor de avanço significativo ao esporte nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, ao apresentar seus dados e análises, diagnosticou que as vinte principais instituições do Tênis de Campo brasileiro de rendimento ao nível infanto-juvenil dividem-se entre: clubes, associações e academias. Em seus pormenores identificou que a referida modalidade esportiva apresenta sua base nos clubes, visto que a organização do esporte, a estrutura física para a prática e a própria condição histórica da modalidade no Brasil se encontra amparado neste tipo de instituição. O que mostra um campo dominado por determinados tipos de Instituição, geralmente os Clubes, que apresentam um considerável capital e exercem um importante poder simbólico neste cenário.

Em relação aos sexos a pesquisa inferiu que o Tênis de Campo se apresentou como predominante masculina em sua prática, reproduzindo uma considerável desigualdade de gênero na modalidade. Em todas as categorias etárias o número de atletas masculinos chega quase a ser o dobro se comparado ao feminino. Fato que mostra que as instituições e os agentes envolvidos neste esporte devem promover políticas que incorporem mais as mulheres ao Tênis de Campo competitivo.

Outro elemento que chama bastante a atenção foi o de que o desenvolvimento do Tênis de Campo está diretamente ligado a determinados espaços sociais. Afinal as principais instituições de formação de atletas estão concentradas em determinados clubes da região Sudeste e Sul do Brasil, e que em sua imensa maioria se encontram nas principais capitais brasileiras. Além disso, são estas mesmas agremiações que captam um volume de recursos federais. Como os dispositivos legais relativos a tais fomentos não apresentam objetivos quantitativos expressos em metas, as ações tornam-se esparsas e fragmentadas. Em certo sentido, este marco legal apenas determina “a quem de direito deve iniciar o processo” e este servir aos interesses dos agentes considerados mais relevantes ao campo. Inclusive mais do que as necessidades dos próprios atletas que formam a base esportiva brasileira relativa ao Tênis de Campo. Apenas uma pequena minoria de instituições, com alto capital simbólico, conseguem incentivos, construindo com isso um monopólio de angariamento de créditos de incentivo a modalidade.



A título de um apontamento final o presente artigo indica ainda a existência da intenção do governo federal brasileiro em construir centros de treinamento de diversas modalidades esportivas (Mazzei, Vieira et al., [2012](#); Mezzadri et al., [2016](#); Tribunal de Contas da União [2011](#)). Entretanto, como não existe um planejamento voltado para o Tênis de Campo, considerando propostas a curto, médio e longo prazo, a perspectiva de sua popularização por meio de projetos federais pode ser bastante prejudicada pela falta de uma gestão específica relacionada à modalidade. Outro ponto que pode dificultar a implementação destes locais de treinamento é que um grande número de tenistas está inserido dentro dos clubes das principais cidades brasileiras. Tal condição poderia levar estes novos centros de treinamento a ficarem ociosos e esvaziados. Uma ação de desregionalização passa por investimentos em estrutura, mas não somente em espaços físicos, como também, em mão de obra especializada e qualificada em esporte, principalmente de gestores e treinadores. Contudo, as entidades que gerem o esporte nacional, bem como as universidades brasileiras não cumprem este papel de formação de recursos humanos.

O diagnóstico e inferências apresentados neste estudo possibilita construir o cenário do panorama do Tênis de Campo infanto-juvenil no Brasil. Pensar o esporte com informações concretas sobre sua realidade permite conhecer, ordenar, organizar e construir ações tanto públicas e privadas, contribuindo assim para o fortalecimento de um esporte fortemente amparado por evidências científicas.

## REFERÊNCIAS

- Athayde, P., Mascarenhas, F., Matias, W., Miranda, N.(2013). O agendamento dos Jogos Rio 2016: Temas e termos para debate. *Pensar a Prática*, 16 (3), 794-816. doi: <http://dx.doi.org/10.5216/rpp.v16i3.19270>
- Bedinelli, T. (6 de agosto de 2016). Teliana Pereira: da pobreza do sertão à elite do tênis. *El País*. Recuperado de [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/02/deportes/1470167365\\_071447.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/02/deportes/1470167365_071447.html)
- Böhme, M. T. S. (2007). O tema talento esportivo nas ciências do esporte. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 15 (1), 119-126. Recuperado de <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/738/741>
- Bourdieu, P. (1999). *A Economia das Trocas Simbólicas*. Recuperado de [http://www.livrariacultura.com.br/p/livros/ciencias-sociais/sociologia/a-economia-das-trocas-simbolicas-76109?id\\_link=13574&qclid=CjwKEAjwvYPKBRCYr5GLgNCJjsSjABqwf70ATnEai8LBUfdtZzOV17RKSVXPAkQ7GEvo-pu4CkVBoC-Bvw\\_wcB](http://www.livrariacultura.com.br/p/livros/ciencias-sociais/sociologia/a-economia-das-trocas-simbolicas-76109?id_link=13574&qclid=CjwKEAjwvYPKBRCYr5GLgNCJjsSjABqwf70ATnEai8LBUfdtZzOV17RKSVXPAkQ7GEvo-pu4CkVBoC-Bvw_wcB)
- Confederação Brasileira de Tênis. (2013). *Ranking Confederação Brasileira de Tênis*. Recuperado de <http://cbt-tenis.com.br/juvenil.php?pag=ranking>



- Corrêa, A., Moraes e Silva, M.; Mezzadri, F., Cavichioli, F. (2014). Financiamento do esporte olímpico de verão brasileiro: mapeamento inicial do programa Bolsa-Atleta (2005-2011). *Pensar a Prática*, 17 (4), 1-15. doi: <http://dx.doi.org/10.5216/rpp.v17i4.29057>
- Cortela, C., Fuentes, J., Campos, L., Kist, C., Cortela, D. N. R. (2012). Iniciação esportiva ao tênis de campo: um retrato do programa *play and stay* à luz da pedagogia do esporte. *Conexões Educação Física, Esporte e Saúde*, 10 (2), 214-234. Recuperado de <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637683/5374>
- Dias, Y., Moraes e Silva, M., Figuerôa, K. M.; Nunes, R. J. S.; Rojo, J. R.; Mezzadri, F. M. (2016) O Judô no programa governamental Bolsa-Atleta: a distribuição espacial dos bolsistas (2011-2013). *Pensar a Prática*, 19 (1), 118-129. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/37897>
- Goellner, S. V. (2006). Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a Prática*, 8 (1), 85-100. doi: <https://doi.org/10.5216/rpp.v8i1.106>
- Grix, J. (2009). The impact of UK sport policy on the governance of athletics. *International Journal of Sport Policy*, Loughborough, 1 (1), 31-49. <http://dx.doi.org/10.1080/19406940802681202>
- Grix, J., Carmichael, F. (2012). Why do governments invest in elite sport? A polemic. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 4(1), p. 73-90. doi: <http://dx.doi.org/10.1080/19406940.2011.627358>
- Havaris, E., Danylchuk, K. (2007). An assessment of sport Canada's sport funding and accountability framework, 1995–2004. *European Sport Management Quarterly*, 7(1), 31-53. doi: <http://dx.doi.org/10.1080/16184740701270329>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Produto Interno Bruto dos Municípios 2010*. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/>
- Massa, M.; Uezu, R.; Böhme, M. T. S. (2010). Judocas olímpicos brasileiros: fatores de apoio psicossocial para o desenvolvimento do talento esportivo. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 24 (4), 471-481. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v24n4/a05v24n4.pdf>
- Massa, M.; Uezu, R.; Pacharoni, R.; Böhme, M. T. S. (2014). Iniciação Esportiva, tempo de prática e desenvolvimento de judocas olímpicos brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 36 (2), 383-395. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32892014000200008>



- Matias, W. B.; Athayde, P. F.; Húngaro, E. M.; Mascarenhas, F. (2015). A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. *Movimento revista de Educação física da UFRGS*, 21(1), 91-104. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/46419/35294>
- Mazzei, L. C.; Vieira, D. E. B; Silva Neto, A.; Bastos, F. C. (2012) Gestão da Confederação Brasileira de Judô: Um Estudo de Caso. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva-RIGD*, 2(1), 30-42. Recuperado de <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestaoesportiva&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=480>
- Mazzei, L. C; Bastos, F. C.; Ferreira, R. L; Böhme, M. T. S. (2012). Centros de Treinamento Esportivo para o Esporte de alto rendimento no Brasil: Um estudo preliminar. *Revista Mineira Educação Física*, 1(7), 1575-1584. Recuperado de <http://citrus.uspnet.usp.br/lateca/web/index.php/pt/artigos/137-centros-de-treinamento-esportivo-para-o-esporte-de-alto-rendimento-no-brasil-um-estudo-preliminar>
- Mendes, A.; Codato, A. (2015). The institutional configuration of sport policy in Brazil: organization, evolution and dilemmas. *Revista Administração Pública*, 49(3), 563-593. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612125903>
- Meira, T. B.; Bastos, F. C.; Böhme, M. T. S. (2012). Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 26(2), 251–262. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1807-55092012000200008>
- Mezzadri, F. M. (2000). *A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais*. (Tese Doutorado em Educação Física). Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000223729>
- Mezzadri, F. M.; Moraes e Silva, M.; Cavichioli, F. R. (2016). Brazil. In: Kristiansen, E.; Parent, M. M.; Houlihan, B. (Edit.). *Elite Youth Sport Policy: A comparative analysis*, 1-15. Recuperado de <https://www.amazon.com/Elite-Youth-Sport-Policy-comparative/dp/1138888087>
- Moraes e Silva, M. (2011). *Novos modos de olhar outras maneiras de se comportar: a emergência do dispositivo esportivo da cidade de Curitiba (1899-1918)*. (Tese Doutorado em Educação). Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000857371>
- Moraes e Silva, M.; Mezzadri, F. M.; Souza, D. L.; Souza, P. M. (2015). O financiamento público do rúgbi brasileiro: a relação governo federal e Confederação Brasileira de Rugby.



*Revista da Educação Física*, 26 (2), 245-286. doi: <http://dx.doi.org/10.4025/reveducfis.v26i2.24586>

Moura, G., Starepravo, F., Rojo, J., Teixeira D.; Moraes e Silva, M. (2017). Mulher e esporte: o preconceito com as atletas de Rugby da cidade de Maringá-PR. *Motrivivência Revista de Educação Física, Esporte e Lazer*, 29(50), 17-30. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n50p17>

Mueller, J.; Rodrigues, O. (2009). O tênis nas escolas: uma prática apropriada a cultura escolar. En Balbinotti, C (Ed), *O ensino do tênis: novas perspectiva de aprendizagem*. (pp.61-79). Recuperado de [https://books.google.co.cr/books/about/O Ensino do T%C3%AAAnis Novas Perspectivas de.html?id=o4npCtRT3FsC&redir\\_esc=y](https://books.google.co.cr/books/about/O%20Ensino%20do%20T%C3%AAAnis%20Novas%20Perspectivas%20de.html?id=o4npCtRT3FsC&redir_esc=y)

Needell, J. D. (1993). *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Recuperado de [https://books.google.co.cr/books/about/Belle %C3%89poque Tropical.html?id=M7Z7HAAACAAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.co.cr/books/about/Belle%20%C3%89poque%20Tropical.html?id=M7Z7HAAACAAJ&redir_esc=y)

Peres, L., Lovisoló, H. (2006). Formação Esportiva: teoria e visões do atleta de Elite no Brasil. *Revista da Educação Física*, 17 (2), 211-218. Recuperado de <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3343>

Pluim, B. M., Staal, J. B., Windler, G. E., Jayanthi, N. (2006). Tennis injuries: occurrence, aetiology, and prevention. *British journal of sports medicine*, 40(5), 415-423 <http://dx.doi.org/10.1136/bjism.2005.023184>

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

Starepravo, F. A., Souza, J., Marchi Júnior, W. (2011). Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. *Movimento Revista de Educacao Física da UFRGS*, 17(3), 233-251. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/18420>

Tribunal de Contas da União. (2011).. Esporte de alto rendimento (Relatório de Auditoria Operacional). Recuperado de <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D9284CABD6FA2>

**Participação:** A-Financiamento, B- Desenho o estúdio, C- Coleta de dado, D- Análise estadística e interpretação dos resultados, E- Preparação de manuscrito.

